

O marechal negro no país da democracia racial

» ALESSA PASSOS

Mestre em história e professora da educação básica na cidade do Rio de Janeiro



MAURE

Em 1969, morreu, no Rio de Janeiro, o marechal João Baptista de Mattos, o primeiro negro a ingressar no generalato no Exército Brasileiro. Nascido apenas 12 anos após o fim da escravidão, em 24 de junho de 1900, sua mãe, ventre livre, o criou por meio de seu trabalho como babá de uma família abastada, na qual Mattos encontrou apoio e incentivo aos estudos. Além das suas conquistas nas fileiras do Exército, Mattos formou-se em direito, tornou-se membro de instituições de pesquisa e ensino, até publicou uma coleção de livros. Também chegou a ocupar cargo de destaque no Ministério da Guerra.

Quando de sua morte, o general Adalardo Fialho publicou, no periódico *Letras e Armas*, um texto em homenagem póstuma, sobre o qual faço breve análise nas próximas linhas. Análise que torna possível acessar um pouco do imaginário social sobre as relações étnico-raciais no Brasil de meados do século 20. O título do texto *Marechal João Baptista de Mattos (um preto de alma branca)* apresenta Mattos como homem negro, que traz na cor de sua pele o símbolo da subalternidade. Porém, a alma branca foi a forma pela qual o autor encontrou para justificar as conquistas alcançadas ao longo de sua vida, apesar de sua pele preta. Uma expressão racista que demarca o lugar social reservado ao homem branco (bem colocado na sociedade) e ao negro (subalterno) naquele período. O autor caracterizou o marechal como um homem que “soube conquistar amigos que viam nele jamais o preto, mas um cidadão útil à comunidade e à pátria”.

“Nunca nos sentimos tão brasileiros como por ocasião do enterro do Marechal João Baptista de Mattos”, inicia o texto. Fialho fez um relato sobre o velório, no qual encontrou pessoas de todas as classes sociais, uma multidão de maioria branca, identificando ministros e representantes de altas patentes das forças armadas. Para ele, essa convivência pacífica de pessoas de todas as cores e classes sociais era representativa da sociedade brasileira, de um país “democrático com igualdade de oportunidades para todos”.

O texto expõe um dos mais nocivos mitos da sociedade brasileira: o mito da democracia racial. Gilberto Freyre, apontado como mentor desta ideia, apesar de não fazer referência direta ao termo, na década de 1930 descreveu, em suas principais obras, uma sociedade brasileira em que as raças coexistem pacificamente. Porém, é justamente em meados do século 20, período da publicação do citado artigo, que a ideia de um país racialmente democrático é adotada pelo imaginário social. Esta ideia ganha força principalmente

pelo contraste dos acontecimentos nos Estados Unidos, com o crescimento da luta pelos direitos civis e o fim do Jim Crown, um conjunto de leis que segregava de forma severa os negros. Distintos dessa realidade, no Brasil não existia, desde a Lei Áurea, lei que decretasse qualquer diferença entre brancos e negros. Antônio Guimarães, em *Racismo e antirracismo no Brasil* (1995), aponta as especificidades do racismo brasileiro, afirmando que aqui o fim da escravidão abriu espaço para que outro sistema de separação tratasse de potencializar a condição subalterna do negro. Esclarece que as permanências nos mesmos lugares sociais no pós-abolição foram reafirmadas pela hierarquização da sociedade em classes, que perpetuou o negro nos extratos subalternos. Longe dos textos legais, o racismo no Brasil passou a ser velado e, por isso, mais difícil de ser combatido.

Há de se notar que a ideia do país da democracia racial se apoia na exceção, utilizando

como exemplo as poucas pessoas que, como o marechal Mattos, conseguiram romper as barreiras raciais e classistas e alcançar posições mais prestigiadas na sociedade. Uma análise rasa que esconde debaixo dos tapetes a maioria da população negra que passa a vida sem boas oportunidades. O que se observa, via de regra, é a perpetuação dos lugares sociais dos seus ancestrais.

O marechal Mattos, que conseguiu superar as barreiras com esforço e empenho, pôde contar com algumas oportunidades sociais construídas no seio da família para a qual sua mãe trabalhava. Nesse caso, a porta da sociedade de classes foi aberta de dentro para fora, com apoio de pessoas que já figuravam nos extratos mais altos da sociedade. Mas essa foi e ainda é uma realidade restrita, e, por mais que haja esforço pessoal, sem boas oportunidades, nada acontece. Daí a importância da implementação de ações afirmativas no Brasil: oferecer oportunidades!

Cotas, sim

» RICARDO NOGUEIRA VIANA

Delegado chefe da 6ª DP e professor de educação física

Novembro, mês da consciência negra, momento voltado aos afrodescendentes, com o intuito de evidenciar ao Brasil e ao mundo as desigualdades ainda latentes em nossa sociedade. O ano de 2021 chega ao seu término e começam as expectativas para o período que advirá: covid-19, Copa do Mundo, ano eleitoral e também a revisão da Lei nº 12.711/12, que prevê a reserva de 50% das vagas das universidades e institutos federais de ensino superior a estudantes de escolas públicas, estipulando critérios para destinar oportunidades a alunos de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e com deficiência. É a chamada Lei das Cotas. Após 10 anos de vigência, há quem entenda como um privilégio mantido aos grupos citados, inclusive, os incautos bradam pela revogação do ato normativo e o caracterizam como mimimi. Em contrapartida, a Faculdade Zumbi dos Palmares, com o amparo da sociedade civil, criou o movimento Cotas Sim com o intuito de consolidar apoio à manutenção da lei.

O art.7º da lei federal prevê a revisão do programa, após 10 anos de sua vigência. Sim, revisão, debate e aperfeiçoamento. Apesar de parecer um benefício, na verdade se trata de uma correção, ou melhor, uma reparação que o Estado faz, principalmente aos afrodescendentes, os quais durante séculos foram subjugados e discriminados por uma elite dominante que, até hoje, ocupa os espaços de poder. Nossos antepassados não foram escravos, mas escravizados. Eles tinham suas profissões no continente africano e tornaram-se reféns, objetos de uma casta eurocristã que se

dizia superior. Já imaginaram um navio negroiro? Pessoas amarradas e aglutinadas em um porão implorando por alimentos. Certamente, a frota era seguida de perto por tubarões sedentos pelos muitos que não resistiam à masmorra.

Até hoje, 133 anos pós-liberdade, os negros ainda rogam por direitos básicos como educação, saúde, saneamento básico, segurança e trabalho. Para quem era um objeto diante dos senhores de engenho, foram arremessados na rua sem o mínimo de condições de sobrevivência: proibidos de estudar, sem casa para morar, tampouco terra para plantar ou trabalhar. E assim seguiu o diagnóstico do Brasil, o negro em favelas, guetos, protagonizando a criminalidade e morrendo de forma hemorrágica. Vivemos um racismo estrutural, que está enraizado nos costumes, nas leis, nas instituições, nos poderes e na sociedade para que se mantenha o status quo, por conseguinte, nossa disposição social é feita para ser perpetuada.

Segundo relatório do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 2020, antes da pandemia, o Brasil era o país com a oitava pior distribuição de renda do mundo, ficando atrás somente de alguns países africanos. O rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre. É como jogar bola descalço, estudar no escuro ou nadar com as mãos amarradas, pode até ser que se tenha êxito, mas o caminho é muito mais árduo e turbulento. Assim se perfaz a nossa história, sendo que há expoentes ímpares que driblam as adversidades, matam os seus leões diariamente e

alcançam seus objetivos. Somente por meio de uma educação de qualidade poderemos equacionar as oportunidades.

Este mês nos remonta a Zumbi, símbolo de resistência, da ressignificação, do combate à discriminação e à desigualdade social. O Movimento Cotas Sim tem como fito apoiar os projetos em tramite no Congresso Nacional pela renovação dos prazos da Lei nº 12.711/12 e também a prorrogação da lei que destina 20% de vagas para negros em concursos públicos e cargos administrativos, que tem seu prazo revisional marcado para 2024. Não se trata de “coitadismo”, termo utilizado por representantes do poder público que deveriam assimilar, perceber e avaliar o mal que foi feito aos afrodescendentes desde uma escravidão facinora, covarde, mercantil, a uma liberdade espúria. O que precisamos é de reconhecimento.

A elite brasileira tem uma dívida conosco e passou a reconhecê-la timidamente por meio das cotas em universidades e serviços públicos, contudo, deve ampliá-las com moradias, assistência à saúde e também com amparo à educação infantil e média. Pouco adianta abrir acesso às universidades se pretos e pardos tiveram péssimas referências educacionais em momentos anteriores. Para quem caracteriza os anseios da negritude como mimimi, entenda que a reposição de nossa dignidade não se encontra apenas nessa nota musical, mas que nos devolvam também o dó, o ré e todas as demais claves que nos foram subtraídas quando nos açoitavam e se deliciaram com o nosso sangue. Cotas, sim.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Consequências, tudo o que vem depois

Consequências são tudo que virá depois, já ensinava o filósofo de Mondubim. Trata-se de um axioma também pregado pelos budistas e hinduístas quando falam do carma e das leis provenientes da causalidade moral a que todos nós estamos sujeitos, mostrando que para cada ação boa ou má corresponde uma reação no mesmo sentido.

Também a física ensina essa mesma relação, contida na Terceira Lei de Newton. que explica que para toda força de ação existe uma força de reação do mesmo modo e intensidade. Nas relações humanas, essas teses funcionam quase como um dogma, inconteste e que não adianta ser contrariado.

Nas relações políticas então, é uma lei universal que incide com maior ou menor força sobre o indivíduo, na medida de sua importância no organograma do Estado e do poder. Há que se ter cautela em certas posições, pois a dinâmica do mundo muda constantemente a posição dos personagens. Quem é hoje mandatário, amanhã pode acordar e se ver em desgraça, esquecido e cobrado por suas ações pretéritas e impensadas.

O caso do ex-presidente Lula é bastante ilustrativo dessa lei do carma. Um dia, você sai do governo com altos índices de aprovação. Em outro, você se encontra sentado numa cama beliche, dentro de uma cela da Polícia Federal. A questão é saber quantos desses demiurcos atuais, que pululam em nossa República malfadada, passaram do Olimpo às trevas num átimo e, agora, amargam o desterro do esquecimento, se eles aprenderam de fato essa preciosa lição. Praticamente, nenhum.

Nada aprenderam e esqueceram. Também aqui a trajetória do ex-presidente Lula é ilustrativa, quando se verifica que, apesar dos entreveros que levaram todos a sua volta para a prisão, ele segue impávido, envergando uma fantasia que não retira nem para dormir.

O problema com presidentes que se sentem como monarcas é que são traídos até pelo próprio ouvido. Acumulam carma sobre carma. Agem com força e destempero desmedido, gerando ações deletérias e danosas para muitos, em benefício de poucos. Aliam-se aos maus, que também infestam a República e, com isso, colherão, cedo ou tarde, as consequências dessas ações.

Se foi assim com o ex-presidente Lula, também será com o presidente Bolsonaro. Escravo de uma língua que parece dominar o cérebro, ele cria, dia após dia, sua poupança cármica, amalhando intrigas, aliando-se a gente que, como ele, age pelo imediatismo e sem espírito público. As consequências desse atual governo começaram a ser devidamente elaboradas quando a CPI da Covid finalizou seu volumoso relatório. O que virá depois não só desse documento, independentemente do fato dele ser empurrado, ou não, para dentro do arquivo morto da Procuradoria-Geral da República, trará resultados na forma de um currículo e de uma folha de serviços prestados à nação, cujo saldo em mortos, todos conhecem.

Não bastasse ter contra si a opinião de artistas, produtores de cultura, professores, ecologistas e outros, inclusive com a apresentação de inúmeros manifestos, de todas essas áreas, escritos e tornados públicos, o presidente colhe, muito antes de deixar para trás o primeiro mandato, o repúdio unânime também do conjunto de cientistas, por meio de uma carta que, no futuro, engrossará a lista de desserviços prestados por esse governo ao país.

No documento, os cientistas renunciam a homenagem por meio da Medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico, afirmando que essa comenda, “oferecida por um governo que não apenas ignora a ciência, mas ativamente boicota as recomendações da epidemiologia e da saúde coletiva, não é condizente com nossas trajetórias científicas.” São documentos oficiais que ficarão nos anais da história da nossa República, como prova de que as consequências são tudo o que vem depois.

» A frase que foi pronunciada

“A esperança tem um braço no céu e outro na terra.”

Araújo Porto Alegre

Respeito ao patrimônio

Até 30 de novembro, a embaixada dos Estados Unidos e consulados receberão propostas que serão remetidas ao Ambassadors Fund for Cultural Preservation (AFCP), que financiará projetos individuais de preservação do patrimônio cultural do Brasil. Veja os detalhes no Blog do Ari Cunha.

Eles voltaram

Com uma característica peculiar, Brasília foi projetada para transporte sob rodas. Aos poucos o transporte pirata toma espaço na cidade. A principal razão é o tempo perdido aguardando o transporte público. Longas distâncias e passageiros nas horas de pico, o que contribui para o transporte alternativo. O resultado são passageiros que precisam correr sérios riscos para chegar mais cedo no trabalho ou em casa.

» História de Brasília

As bonecas são fabricadas em série pelas mulheres, que fazem tudo dentro e fora de casa. Os homens apenas pescam, porque é divertido, e fazem os “contatos” com os brancos, que rendem dinheiro. (Publicada em 13/2/1962).